

DESEMPREGO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PRECARIZAÇÃO

Albani Barros¹

Joselita Olivia da Silva Monteiro²

RESUMO

O presente estudo, pela via do materialismo histórico-dialético, visa apresentar uma reflexão acerca do desemprego como condição indissociável do modo de produção capitalista impulsionado, no contemporâneo, pelo desenvolvimento enfatizado no recorrente uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Aspecto que ao potencializar o desenvolvimento das forças produtivas, ocasiona em larga medida a precarização das relações de trabalho. Porquanto, mundialmente, milhões trabalhadores/as ademais de serem empurrados para o desemprego, quando não, são impelidos a condição de viverem sob insegurança e medo dessa imposição. É disso que resulta um dos aspectos mais emblemáticos desse fenômeno, uma vez que se descortina o imperativo do sistema capitalista de atender a reprodução ampliada do capital ao passo do aprofundamento da barbárie.

Palavras-chave: Acumulação de capital. Desemprego. Tecnologias informacionais. Precarização.

ABSTRACT

This study, through historical-dialectical materialism, aims to present a reflection on unemployment as an inseparable condition of the capitalist mode of production driven, in the contemporary context, by technological development emphasized in the recurrent use of Information and Communication Technologies (ICTs). An aspect that, by enhancing the development of the productive forces, causes the precariousness of labor relations. Because, worldwide, millions of workers, in addition to being pushed towards unemployment, when not, are impelled to live under insecurity and fear of this imposition. This is what results in one of the most emblematic aspects of this phenomenon since it reveals the imperative of the capitalist system to attend to the expanded reproduction of capital at the same time as the deepening of barbarism.

Keywords: Capital accumulation. Unemployment. Information technologies. Precariousness.

² Assistente Social, doutoranda em Serviço Social no Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e-mail: joselita.monteiro@palmeira.ufal.br













¹ Professor colaborador do PPGSS da UFAL e professor titular do Centro Universitário Cesmac. Dr. em Servico Social pela UFPE. E-mail: albanibrr@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a relação entre o desemprego e a precarização do trabalho, tomando por base a expansão das tecnologias informacionais. Para essa análise, utilizamos o referencial teórico de Marx, em especial no livro de *O capital*. Do ponto vista dos elementos históricos que norteiam esse estudo, tratamos sobre os impactos do desemprego estrutural no mundo do trabalho, bem como os aspectos relacionados divisão internacional do trabalho e a precarização.

Mundialmente, o desemprego tem empurrado milhões de trabalhadores/as para uma condição de vida de maior insegurança e medo. Entre os maiores pesadelos que rondam a estes(as), o risco crescente de ficar desempregado(a) é o mais severo letargo. Mészáros (2002) argumenta que nos países centrais, o desemprego, elevado agora à condição de um fenômeno crônico e potencialmente explosivo, tem representado um perigo sério para a estabilidade da totalidade do sistema.

Mészáros (2002) considera que as formas de desemprego em larga escala foram historicamente tratadas como uma caraterística tipicamente vivenciada pelas economias mais "atrasadas", como algo próprio do "subdesenvolvimento" e que, portanto, poderiam ser superadas com o desenvolvimento do capitalismo nessas regiões. Entretanto o que a dinâmica capitalista tem provado desde as últimas décadas do século XX, inclusive pela via das inovações previstas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), é que o resultado que se expressa comumente é o da intensificação do ritmo laboral e da precarização das relações de trabalho.

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo, ademais de não ter resolvido as dramáticas situações vivenciadas na periferia, ainda reproduziu inúmeras mazelas sociais das economias mais "atrasadas", também nos países centrais. Entre os mais graves dramas sociais, o desemprego é um dos mais significativos desses fenômenos, pois está associado à ampliação da pobreza e da desigualdade.











2 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL COMO PROPULSORA DO DESEMPREGO

Como o metabolismo do capital é regido por antagonismos insuperáveis, o desemprego é parte imanente do processo de acumulação, resultado da elevação de capital constante e o decréscimo de capital variável. A questão é que os custos poupados na produção, são também o problema a ser enfrentado na circulação. Paniago (2007) descreve essa contradição como um "nó górdio". O processo de liberação de trabalhadores/as e intensificação do ritmo de trabalho na produção poupa valor pago à força de trabalho e provoca inexoravelmente um grave obstáculo, uma vez que a esfera da circulação necessita "de maior consumo e de mais consumidores, que, no entanto, se tornam mais escassos, vítimas do desemprego estrutural" (PANIAGO, 2007, p. 41).

Como o trabalho se apresenta tal uma mercadoria, o crescimento das forças produtivas culmina com um número crescente de seres humanos dispensáveis para a produção. Contudo, essa massa sobrante de forma alguma é supérflua como consumidora (MÉSZÁROS, 2007). O desemprego e a persistente situação de repressão ao preço da força de trabalho, tornam o caminho para o processo de expansão do capital um movediço terreno na esfera da circulação.

Mas se o desemprego jamais deixou de ser um componente presente nas engrenagens da acumulação capitalista, a diminuição relativa do número de trabalhadores/as empregados/as é evidenciada com a reestruturação produtiva das últimas décadas.

Se no apogeu do taylorismo/fordismo mensurava-se a pujança de uma empresa pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa — a era do operário-massa —, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da "empresa enxuta", são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade. (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 14).

Reduzir o quantitativo de trabalhadores/as, sob a regência das leis trabalhistas, por assim dizer, representa algo positivo para os negócios. O anúncio de cortes de empregos pelos grandes monopólios é muitas vezes acompanhado pela alta de suas













ações na Bolsa de Valores. A regra a ser perseguida é manter uma empresa "enxuta", com um número pequeno de trabalhadores/as em relação ao volume de bens a serem produzidos. Magra na quantidade de trabalhadores/as em atividade, mas robusta quanto à intensidade de dispêndio de energia física e cognitiva posta em ação (BARROS, 2015).

Visando encontrar saídas para essas dificuldades, o sistema financeiro buscou oferecer o crédito como alternativa para manter níveis de consumo ajustados às suas necessidades expansionistas. Contudo, isso acaba por gerar outras contradições, tornando o sistema muito mais instável. Como elemento ilustrativo, Harvey (2012, p. 22) menciona que "nos EUA, em 1980, a dívida agregada familiar média era em torno de 40 mil dólares, mas agora é cerca de 130 mil dólares para cada família, incluindo hipotecas". Ainda que esse número expresse a tempestade de endividamentos das famílias dos trabalhadores/as americanos/as, essa é uma realidade que também é reproduzida em praticamente todo o mundo. Existindo um desemprego de caráter estrutural e estando todas as dimensões da vida crescentemente mercantilizadas, o endividamento torna-se uma tendência inevitável.

A persistência do desemprego em escala mundial é combustível necessário à multiplicação das formas precárias de trabalho, e propulsor de entraves ao desenvolvimento do sistema. Essa contraditória reciprocidade é ainda alimentada por uma conjuntura de crise persistente e continuada. Como resultado das engrenagens da acumulação, o desemprego não pode ser superado, pois ele é resultado do próprio metabolismo do capital. Em síntese: o pleno emprego não foi, não é, e jamais será um objetivo do capitalismo, pois consiste numa impossibilidade ontológica do seu ser em movimento.

3 TECNOLOGIAS CAPITALISTAS E SUAS CONTRADIÇÕES

É uma constante necessidade de o sistema metabólico do capital reinventarse, modificar continuamente sua base técnica e de controle sobre o trabalho. Ininterruptamente, a burguesia comanda um processo de acelerado desenvolvimento













das forças produtivas, cujos progressos tecnológicos se materializam na elevação da produtividade e no crescimento do montante de riqueza produzida, ao tempo em que as condições de trabalho e vida dos(as) trabalhadores/as se torna mais precária. Marx e Engels argumentam no *Manifesto Comunista* que "a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais" (2003, p. 29).

O dinamismo de produção de novos conhecimentos científicos e técnicos somado ao dinamismo tecnológico, caracteriza um dos aspectos do modo de produção capitalista em sua face contemporânea. Contudo, a estratégia de aumentar os níveis de produtividade e o controle sobre a força de trabalho como parte da lógica inerente à ordem sociometabólica do capital é a marca indelével.

Com base nessa premissa, na órbita do capitalismo financeiro, o trabalho é concebido estritamente como custo e diante de contextos de crises essa lógica torna "a força de trabalho global cada vez mais descartável e supérflua". (ANTUNES, 2020, p. 14). No atual contexto de crescimento do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, impulsionadas e comandadas pelas relações capitalistas o quadro vem se agravando:

> A estratégia do capital é, portanto, aumentar os níveis de produtividade e controle sobre os resultados esperados, flexibilizar os limites de exploração, atacar e destruir os direitos das/os trabalhadores/as e empreender esforços para retirar do horizonte qualquer perspectiva emancipatória. O teletrabalho ou trabalho remoto se insere como um dos experimentos para intensificar a exploração do trabalho e dificultar a organização política da classe trabalhadora. Tal cenário tem indicado que pensar em respostas pautadas somente na aposta de que este contexto está próximo de chegar ao fim pode não ser suficiente. (CFESS, 2020, p. 2, grifos do autor).

É dentro desse parâmetro que, ademais dos impactos de tais mudanças no mundo do trabalho, o uso das TICs vem se constituindo como desafio da presente realidade uma vez que, como bem pontuado pelo CFESS, apenas considerar esse tempo passageiro não é suficiente para entender as demais contradições advindas desse momento.













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

De modo evidente, a regência de tais tecnologias enfatiza indistintamente a intensificação da exploração do trabalho, contudo, é para os segmentos mais pauperizados que as formas intensas de exploração do trabalho e sua consequente subsunção ao capital assumem feição de precarização ilimitada somada às consequências mais perversas do ponto de vista social. (ANTUNES, 2020).

As novas tecnologias incorporadas à produção não logram atenuar o ritmo de trabalho, tampouco proporcionar mais tempo livre para o trabalhador. Esse movimento é regido para possibilitar a ampliação da extração de sobretrabalho, o que se reflete na expulsão de trabalhadores/as do mercado de trabalho ou na sua absorção de forma mais precária. Seguindo tais ditames, como forma de auxiliar a manutenção do movimento expansivo de acumulação, as transformações tecnológicas devem ser permanentemente voltadas a potencializar o uso do trabalho vivo.

Nas condições históricas contemporâneas e com um processo de reestruturação na produção com seu ciclo ainda em curso, as novas tecnologias têm contribuído para o crescimento do desemprego, o aumento do ritmo laboral, o maior controle sobre os/as trabalhadores/as e a ampliação da precarização do trabalho. Tudo isso, construído também sob a intensificação da "precarização e a terceirização no âmbito do trabalho, a erosão dos direitos trabalhistas e sociais, a desregulamentação da economia e todo o conjunto de privatizações" (TONET, 2009, p. 109).

Ainda a respeito da questão da inserção de novas tecnologias e do crescimento do desemprego, é necessário ponderar que o elemento que impulsiona o alargamento da taxa de desempregados não tem como matriz originária o fenômeno tecnológico em si. Trata-se, essencialmente, do resultado de um processo determinado pelas relações sociais estabelecidas a que as tecnologias vêm se somar. Em outras palavras, o fenômeno do desemprego não é uma consequência posta pelo desenvolvimento tecnológico, mas determinado pelas relações sociais e impulsionado pelo referido desenvolvimento. É um movimento continuamente











estimulado pelas necessidades da acumulação, de sempre requerer uma massa de trabalhadores/as disponíveis, que possibilite o barateamento da aquisição de trabalho vivo.

Uma base fundamental para o acesso a força de trabalho mais barata, é a extensão e a densidade das taxas de desemprego. Trata-se de um fenômeno crônico e inerente à dinâmica do modo de produção capitalista. Como as personificações do capital não podem sustar o movimento de acumulação, pois isso negaria a razão de sua própria existência, o desemprego é insuperável no interior da sociedade burguesa. No bojo das transformações sociais impulsionadas nas últimas décadas do século XX, o desemprego alcançou o *status* de estrutural. Junto a essa condição, outro fenômeno segue passo a passo seus caminhos, formando um par de movimentos recíprocos. A intensificação das formas precárias de trabalho caminha com o desemprego.

Trata-se de uma imbricada relação entre esses dois fenômenos: desemprego e precarização. A existência de um realimenta o outro. O desemprego forja as condições necessárias para a pressão de uma massa proletária que não consegue vender sua força de trabalho, sobre o conjunto geral dos/as trabalhadores/as. À medida que o desemprego se amplia, a resposta dada como solução é a chamada "flexibilização" das relações de trabalho, ou seja, mais precarização.

4 DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO

Para operar de forma mais homogênea os deslocamentos na produção, a nova divisão internacional do trabalho demandou também o surgimento de organismos e agências internacionais promotores do acompanhamento dos sistemas financeiros que operam mundialmente (VENCO, 2014). Já o aparato tecnológico informacional e de comunicação exerce o importante papel de conexão *full time* com os diversos núcleos de produção, direção e concepção, ao tempo que também estimula a padronização de comportamentos, desde um "idioma oficial" dos negócios até os padrões de consumo e de estética.











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

As formas parasitárias de apropriação de riqueza que perpassam os ganhos da esfera financeira, ao tempo que possibilitam a certeza de ganhos lucrativos com o apoio dos Estados nacionais, também obrigam que a esfera produtiva tenha níveis de exploração mais intensos. O motivo é que os circuitos de valorização do valor precisam garantir lucros para diversas frações burguesas, isoladas ou em "orgia" com outros capitais, dispersos globalmente. Assim, tanto precisa atender às necessidades de lucro do setor produtivo, de serviços e do comércio, como simultaneamente tem de saciar o apetite crescente de lucros da esfera rentista, que opera por circuitos mundiais de valorização.

Como o capital é essencialmente uma relação social, seu movimento autoexpansivo não possui uma imbricação restrita às formas materiais de riqueza. O poder expansivo do capital se manifesta também ao dissociar relativamente seu processo de acumulação ampliada dessa base material. A questão é que, como a riqueza possui origem no trabalho, na produção material, sua expansão por outras esferas inescapavelmente acarreta distúrbios para a manutenção do movimento e acumulação.

Considerando o fato que o maior aumento possível da taxa de lucro é o que interessa ao capital, Tonet analisa que, "no enfrentamento dos problemas referentes ao rebaixamento da taxa de lucro, o capital recorre a todos os meios possíveis e imagináveis" (2009, p. 109). Uma questão complexa que se põe a esse respeito é que não somente as frações tipicamente ligadas ao setor financeiro estão interessadas na intensificação da exploração sobre os/as trabalhadores/as da esfera produtiva. Todas as demais frações, visando também ampliar sua lógica expansionista, se veem compelidas a deslocar parte de seu capital para o setor financeiro, criando uma pressão para que continuamente se extraia mais sobretrabalho da produção. Os capitalistas da esfera da produção apenas conseguem entregar esse maior volume de mais-valia elevando os níveis de exploração sobre o trabalho.

Se o apetite em devorar sobretrabalho continua como uma nódoa sinalizadora do que é o capital, os/as trabalhadores/as encontram-se hoje fustigados por uma













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

ofensiva desencadeada pelas personificações burguesas e seu aparato estatal. Tanto nos países periféricos como nos centrais, as massas proletarizadas têm sofrido com a intensificação dos níveis de exploração, além do temor do desemprego. Nenhum trabalhador é capaz de escapar desses determinantes; as consequências para os/as trabalhadores/as das bordas do sistema são mais agudas. Enquanto o movimento de pilhagem global é realizado por uma plutocracia de algumas frações da burguesia mundial, sob a batuta do sistema financeiro, todos esses grupos encontram na produção a origem primária da exploração.

Para reproduzir um processo contínuo de intensificação da exploração, os grandes monopólios transacionais romperam as formas mais tradicionais da divisão social do trabalho. Os capitais parasitários recebem o suporte de toda estrutura estatal e elevam os níveis de extração de sobretrabalho. Não se trata apenas de algumas grandes empresas, ocupando determinados setores na economia, com o objetivo de cada qual produzir uma mercadoria específica para um dado mercado. A mundialização do capital demonstra que a economia tratada como global não é meramente internacional, mas transnacional, operando sincronicamente em várias partes do mundo e em múltiplos setores da economia, de forma articulada. Seus circuitos e vazadouros de valorização do valor são permeados por complexos fluxos, acaudilhados nomeadamente pela esfera financeira.

No contexto de mundialização do capital, os grupos transnacionais ocupam um espaço "abstrato" no processo de valorização do valor, sem manter um vínculo específico apenas com uma forma concreta na qual se manifestem (TEIXEIRA, 2008). Como o movimento do capital dá-se inescapavelmente na busca do lucro, trata-se, fundamentalmente, de capital que busca valorização, não importando por quais caminhos o dinheiro venha a ser transformado em mais dinheiro. Se por um lado o capital se apresenta com fluidez, por outro, todas essas múltiplas formas permanecem a confrontar-se, necessariamente, com seu antagonista estrutural, o trabalho. Assim, a aparente nebulosidade característica do tal "mercado" financeiro é permeada por imperativos concretos sobre os/as trabalhadores/as.











Sob o poder em escala global desse capital sem fronteiras, grandes monopólios industriais e do agronegócio, megaempresas comerciais, grupos financeiros e poderosos operadores rentistas agem por todo o mundo mediante diversos mecanismos que permitem a extração de sobretrabalho. O centro do poder financeiro e militar permanece tendo como principal fortaleza os Estados Unidos, mas os tentáculos operacionais estão dispersos mundialmente.

A esse respeito, Harvey observa:

Surgiu uma espécie de classe capitalista transnacional que não obstante se concentrava em Wall Street e outros centros, como Londres e Frankfurt, locais seguros para colocações de capital. Essa classe recorreu como sempre aos Estados Unidos para ter protegidos seus valores de ativos e seus direitos de propriedade e de posse em todo o globo. Ainda que o poder econômico parecesse altamente concentrado nos Estados Unidos, outras concentrações territoriais de poder financeiro podiam surgir e de fato surgiram. Os capitais concentrados nos mercados europeu e japonês podiam tirar sua lasca, o mesmo ocorrendo com toda classe rentista que se posicionasse corretamente no âmbito da matriz das instituições capitalistas. Crises da dívida podiam abalar o Brasil e o México, crises de liquidez podiam destruir as economias da Tailândia e da Indonésia, mas elementos rentistas desses países puderam não só preservar seu capital como, na verdade, melhorar sua própria posição interna de classe. (HARVEY, 2014, p. 151).

Mas se massas de capitais vagueiam pelo mundo à procura de valorização, a condição para que isso se realize é tanto perseguida pelos capitalistas como instrumentalizada com o devido auxílio dos aparatos estatais locais. No interior das diversas frações burguesas, dispersas em diferentes formas de capitais e distintas regiões, há um elemento imprescindível para que essas diferentes frações sejam contempladas. É preciso expropriar continuamente riqueza da força viva produtora. Todos os rios do trabalho devem encontrar as águas do oceano do capital, onde são engolidos.

Cabe ainda considerar que os grupos financeiros dependem dos ajustes nas políticas monetárias dos países para ampliarem seus lucros, até mesmo para aquisição ou fusão com outros grupos financeiros, da produção ou do comércio. Dessa forma, a penetração de capitais financeiros ocorre em distintos setores da economia, sob a lógica da rentabilidade em curto prazo para esses outros segmentos.













Ao percorrer diversos circuitos de valorização, os/as trabalhadores/as dos diferentes setores também sofrem com a elevação dos níveis de exploração. Isso, inevitavelmente, resulta na ampliação e intensificação das formas precárias de trabalho para todas as áreas.

No capitalismo contemporâneo, as variadas esferas de apropriação de sobretrabalho mantêm entre si uma "orgia de capitais", que se relacionam mutuamente em diferentes espaços. Contudo, todos precisam abocanhar mais dos/as trabalhadores/as. As formas de intensificação da exploração recaem sobre toda a classe trabalhadora, e não apenas sobre os/as trabalhadores/as alocados/as na produção, o operariado *stricto sensu*.

Nesse intricado cenário, mais denso e complexo do que o do capitalismo analisado por Marx em sua época, alguns elementos permanecem rigorosamente válidos. Se a pergunta for simplesmente indagar se o capitalismo do século XX é idêntico àquele descrito em *O Capital*, a resposta só pode ser uma: não. Porém essa assertiva não é também tão simples. Se a acumulação de capital e as formas de obtenção de lucratividade possuem aspectos fenomênicos que se modificam ao longo da história, essa mesma acumulação é portadora de matrizes ontológicas que são perenes. Sobre as mudanças e continuidades na relação entre capital e trabalho, Teixeira compreende que o mundo mudou, e muito, contudo, "se este continua capitalista, nada de essencial foi alterado: sua fome voraz por mais trabalho é maior do que nunca" (2008, p. 31).

Com a exasperação das consequências sociais promovidas pelas crônicas contradições da acumulação capitalista, potencializadas pela crise estrutural, as soluções políticas desenvolvidas para a recuperação das taxas de lucratividade tiveram como marca a radicalização do receituário neoliberal. A aplicação de tais medidas, em combinação com as mudanças ocorridas com a reestruturação produtiva, resultou na ampliação do desemprego e da precarização do trabalho, que se expandiu e se aprofundou quantitativa e qualitativamente.











5 CONCLUSÃO

A questão é que essa tentativa de criar paliativos para o desemprego por meio da ampliação da precarização é não somente um modo de penalizar os/as trabalhadores/as, como também camufla um fracasso, que tendencialmente pode resultar em reflexos bastante perigosos para a estabilidade do sistema. O horror do terrorismo na Europa, o crescimento da xenofobia, do racismo, do sexismo, das mais variadas formas de preconceito, bem como a ascensão de grupos fascistas, são um traço indelével desses riscos. O alargamento do desemprego e a ampliação da precarização promovem na classe trabalhadora um sentimento de insegurança e medo. É aproveitando esse contexto que grupos políticos ligados à extrema direita têm se apoiado e se fortalecido com a disseminação de um discurso de ódio.

Não somente o desemprego cresceu, como sua existência passou a ser um objetivo importante a ser alcançado. Essa aparente contradição não significa que as personificações do capital executem ações com o desejo de criar dificuldades para si mesmas, já que o desemprego institui obstáculos para a reprodução do circuito de valorização do valor, pois limita as condições de consumo na esfera da circulação. A questão mais profunda é que o desemprego é um objetivo de cada capitalista individual, pois a diminuição nos custos com a força de trabalho é um fator essencial para garantir os cortes nos custos das empresas.

Quando consideramos os grandes monopólios, que pelo seu tamanho operam no mercado com pouca ou nula concorrência, o movimento de expurgo de trabalho vivo ou de diminuição de seu preço segue os ditames da ampliação contínua da acumulação. Isso exige uma diminuição do capital variável em relação ao capital constante, como forma de garantir seu circuito expansivo em movimento.

Os mecanismos de acumulação estabelecidos pelos interesses dos grandes monopólios transnacionais e pelo poder das frações rentistas da burguesia têm determinado severas mudanças na produção de bens e serviços. Tais alterações ocorrem de forma especial na organização das relações de produção, ou seja, no controle sobre a força de trabalho. Também nessa dimensão, a consequência













principal é a precarização do trabalho, que se materializa por novos e velhos fenômenos.

Para facilitar a fluidez do movimento das transnacionais e da lógica predatória rentista nas economias, os Estados nacionais têm efetivado uma estrutura econômica de abertura dos mercados. Em alguns países isso implicou um processo de desindustrialização e de ampliação do desemprego. No Brasil, diversos setores industriais sofreram uma retração de seus negócios, em face do baixo custo das importações, principalmente de artigos chineses, mas não somente. Já nos Estados Unidos, os interesses da burguesia financeira solaparam a hegemonia da produção (HARVEY, 2014).

As contradições originárias da acumulação de capital permanecem em movimento no século XXI, ainda que hoje sejam enfrentadas por estratégias muito mais sofisticadas. No horizonte de sua lógica, o capital intensifica a exploração da classe trabalhadora expressa no ataque aos direitos ademais de empreender esforços que retirem, cada vez mais, qualquer perspectiva emancipatória pela via do trabalho. É nesse contexto que se dá a exponenciação da precarização do trabalho pela via da ampliação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A despeito da tendência à queda da taxa média de lucratividade, obscenas massas de lucros são obtidas pelas empresas transacionais à custa da exploração dos/as trabalhadores/as, principalmente na periferia do sistema (MÉSZÁROS, 2002). Mas esse vultoso volume de capital acumulado necessita ser permanentemente valorizado. Com efeito, a estrutura social dos países periféricos é marcada pela concentração de renda que se expressa nas altas taxas de desemprego, subemprego e na barbárie que incide na vida do/a trabalhador/a. Portanto, convém lembrar com base em Marx (1996, p. 385) que: "[...] a espoliação da força de trabalho ainda hoje não conhece limites".

Com a finalidade de garantir a expropriação de riqueza em escala global, os Estados imperialistas buscam criar as condições de dominação necessárias sobre os países periféricos, deslocando parte de suas contradições. As características do











imperialismo no século XXI também sofrem alterações; seu lócus está desterritorializado mundialmente.

A atual dinâmica das relações de produção, sob o impacto da crise estrutural, tem sido propulsora da intensificação das contradições insanáveis da acumulação de capital, que expande e potencializa a lógica de expelir trabalho vivo o quanto for possível, todavia, sem jamais poder eliminá-lo. Com isso, a reprodução do metabolismo do capital encontra-se orientada para, concomitantemente, expulsar trabalhadores/as e buscar o crescimento da produtividade e do consumo; enquanto isso, também procura reincorporar uma parte desses "sobrantes", que agora são inseridos em ocupações contingentes, ocasionais ou marcadas pela insegurança; em síntese, em ocupações precarizadas, que tem no desemprego um elemento propulsor fundamental.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. E-book. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Trabalho e Subjetividade**: O Espírito do Toyotismo na Era do Capitalismo Manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A Epidemia da Terceirização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 13-24.

BARROS, A. Para Além de Prometeu? Edufal: Maceió. 2015.

CFESS. Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Brasília, 2020. [Acesso em 25 de março de 2023]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf

HARVEY, D. O Enigma do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

____. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.













MARX; K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. Maceió: Edufal, 2007.

TEIXEIRA, F. Marx no século XXI. São Paulo: Cortez, 2008.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. in **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. –Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 107 – 122

VENCO, S. Novos contornos da divisão internacional do trabalho: um jogo de xadrez no planeta? In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 166-184.









